

VÁLTER KENJI ISHIDA

**BEM
JURÍDICO
PENAL
MODERNO**

2017



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050

E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

179b Ishida, Válder Kenji.

Bem jurídico penal moderno / Válder Kenji Ishida – Salvador: JusPodivm, 2017.
160 p.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-1445-9.

1. Direito penal. 2. Bem jurídico. I. Ishida, Válder Kenji. II. Título.

CDD 341.5

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	15
------------------------------	-----------

Capítulo 1

INTRODUÇÃO AO TEMA	17
---------------------------------	-----------

1.1. Tipo penal, legitimidade e conceito material de crime	17
1.2. Noção de bem	18
1.3. Noção de bem jurídico-penal	19
1.4. Análise lógico-dedutiva do presente estudo e sequência da matéria	23

Capítulo 2

ESCORÇO HISTÓRICO DO BEM JURÍDICO PENAL.....	25
-----------------------------------------------------	-----------

2.1. O período pré-iluminista	25
2.2. A Ilustração	26
2.3. Feuerbach e a teoria do objeto do crime (o delito como lesão a um direito subjetivo)	26
2.4. Birnbaum e a teoria tradicional do bem jurídico.....	28
2.5. Binding e Rocco.....	31
2.6. Franz von Litz	32
2.7. A concepção neokantiana	32
2.7.1. O pensamento de Kant.....	33
2.7.2. O neokantismo	34
2.8. Hegel e o distanciamento da teoria do bem jurídico	36
2.8.1. A Escola de Kiel.....	37
2.8.2. Welzel.....	38

2.8.3. Jakobs.....	40
2.8.4. Teorias sociológicas.....	41
2.9. A utilização do bem jurídico no mundo contemporâneo.....	43

Capítulo 3

FUNDAMENTO DO DIREITO PENAL: A PROTEÇÃO DOS BENS JURÍDICOS ATRAVÉS DE UMA COMINAÇÃO PENAL.	45
3.1. Introdução.....	45
3.2. Diferenciação do bem jurídico-penal e objeto da conduta.....	46
3.3. Conceituação contemporânea de bem jurídico.....	47
3.4. O bem jurídico como parâmetro político-criminal.....	54
3.5. Critério para se definir o bem jurídico de acordo com a política criminal e o moralismo-jurídico penal.....	57

Capítulo 4

PROTEÇÃO DOS BENS JURÍDICOS À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	65
4.1. Introdução.....	65
4.2. As correntes sobre a influência da Constituição sobre o Direito Penal.....	66
4.3. Bem jurídico e teoria constitucional.....	70
4.4. O direito constitucional brasileiro e sua influência sobre o Direito Penal.....	71
4.5. O direito constitucional comparado.....	74
4.6. Princípios explícitos e implícitos na Constituição brasileira.....	76
4.7. Princípio da dignidade humana.....	77
4.8. Princípio da personalidade ou pessoalidade da pena.....	83
4.9. Princípio da individualização da pena.....	83
4.10. Princípio da humanidade.....	83
4.11. Princípio da ofensividade, lesividade ou alteridade.....	84
4.12. Princípio da insignificância.....	85
4.13. Princípio da adequação social.....	85
4.14. Princípio da culpabilidade.....	86
4.15. Princípio da intervenção penal legalizada.....	86
4.16. Princípio da intervenção mínima.....	86
4.17. Princípio da fragmentariedade.....	87

4.18. Princípio da subsidiariedade.....	88
4.19. Princípio da idoneidade.....	89
4.20. Princípio da proporcionalidade.....	89
4.21. Aplicação da Constituição brasileira ao bem jurídico.....	92

Capítulo 5

PROTEÇÃO DOS BENS JURÍDICOS NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

5.1. Introdução	95
5.2. Conceito de Estado de Direito.....	96
5.3. Características do Estado de Direito.....	96
5.4. Estado de Direito material.....	100

Capítulo 6

TUTELA DOS BENS JURÍDICOS: ESTUDO SOBRE A CONSTITUIÇÃO DOS TIPOS PENAIS NO DIREITO PENAL MODERNO EM CONFRONTO COM A TRADICIONAL TEORIA DO BEM JURÍDICO PENAL

6.1. Introdução ao tema	101
6.2. Os bens clássicos e os bens difusos	103
6.3. Os crimes de perigo abstrato e a criminalização de condutas... ..	103
6.4. Os bens coletivos e a criminalização de condutas.....	106
6.5. Posições intermediárias acerca dos crimes de perigo abstrato e sobre os bens jurídicos coletivos	106
6.5.1. Maus tratos em animais – a defesa de um interesse individual em razão da solidariedade.....	114
6.6. A questão do paternalismo.....	117
6.6.1. Paternalismo e porte para uso de entorpecente.	118
6.7. A legitimação do crime de tráfico de drogas	122
6.8. As teorias sobre o bem jurídico-penal coletivo	126
6.9. A ampliação do conceito de bem jurídico coletivo, utilizando-se do conceito de interesses difusos e coletivos do art. 81 do Código de Defesa do Consumidor brasileiro (Lei nº 8.078/1990).....	127

Capítulo 7

CRITÉRIOS PARA ADMISSÃO DA CRIMINALIZAÇÃO DE CONDUCTAS.....	133
7.1. Introdução.....	133
7.2. Aferição da existência de um bem jurídico individual.....	134
7.3. Aferição da existência de um bem jurídico coletivo ou difuso.....	134
7.4. Crimes sem bens jurídicos e atipia.....	136
7.4.1. A contribuição de Roxin para a definição de interesses sem bens jurídicos.....	136
7.5. Crimes com bens jurídicos e o “filtro” constitucional ou “filtragem constitucional”.....	138
7.6. Crimes de perigo abstrato com ou sem bem jurídico e sua admissibilidade.....	139
7.6.1. Introdução.....	139
7.6.2. Conceituação de crimes de perigo concreto.....	140
7.6.3. Critério a ser adotado e crimes de perigo abstrato sem bem jurídico.....	141
7.6.4. Crimes de perigo abstrato com bem jurídico.....	142
7.6.5. Insuficiência do critério constitucional e necessidade da análise do caso em concreto.....	143
 Capítulo 8	
CONCLUSÕES.....	147
 BIBLIOGRAFIA (REFERÊNCIAS).....	151